

A **Revolução Francesa** foi um divisor de águas na história europeia moderna que começou em 1789 e terminou no final da década de 1790 com a ascensão de Napoleão Bonaparte. Durante esse período, os cidadãos franceses arrasaram e redesenharam a paisagem política de seu país, arrancando instituições seculares como a monarquia absoluta e o sistema feudal. A revolta foi causada pelo descontentamento generalizado com a monarquia francesa e as pobres políticas econômicas do rei Luís XVI, que conheceu sua morte pela guilhotina, assim como sua esposa Maria Antonieta. Embora não tenha alcançado todos os seus objetivos e, às vezes, degenerado em um banho de sangue caótico, a Revolução Francesa desempenhou um papel fundamental na formação das nações modernas, mostrando ao mundo o poder inerente à vontade do povo.

Uma monarquia em crise

Quando o século XVIII chegou ao fim, o envolvimento custoso da França na Revolução Americana e os gastos extravagantes do rei Luís XVI e seu antecessor deixaram o país à beira da falência.

Não só os cofres reais foram esgotados, mas duas décadas de colheitas fracas, secas, doenças do gado e preços altíssimos do pão despertaram inquietação entre os camponeses e os pobres urbanos. Muitos expressaram seu desespero e ressentimento em relação a um regime que impunha impostos pesados - mas não conseguiu fornecer nenhum alívio - por tumultos, saques e greves.

No outono de 1786, o controlador geral de Luís XVI, Charles Alexandre de Calonne, propôs um pacote de reforma financeira que incluía um imposto territorial universal do qual as classes privilegiadas não estariam mais isentas.

Ascensão do terceiro estado

A população da França havia mudado consideravelmente desde 1614. Os membros não-aristocráticos do Terceiro Estado agora representavam 98% do povo, mas ainda podiam ser vencidos pelos outros dois corpos.

No período que antecedeu a reunião de 5 de maio, o Terceiro Estado começou a mobilizar apoio para uma representação igualitária e a abolição do veto nobre - em outras palavras, eles queriam votar de cabeça para baixo e não para status.

Embora todas as ordens compartilhassem um desejo comum de reforma fiscal e judicial, bem como uma forma mais representativa de governo, os nobres, em particular, relutavam em desistir dos privilégios que desfrutavam sob o sistema tradicional.

Juramento da quadra de tênis

No momento em que os Estados Gerais se reuniram em Versalhes, o debate altamente público sobre seu processo de votação explodiu em hostilidade entre as três ordens, eclipsando o propósito original da reunião e a autoridade do homem que a convocara.

Em 17 de junho, com as negociações sobre os procedimentos paralisados, o Terceiro Estado se reuniu sozinho e adotou formalmente o título de Assembléia Nacional; três dias depois, eles se encontraram em uma quadra de tênis coberta e fizeram o chamado Juramento da Corte de Tênis, prometendo não se dispersar até que a reforma constitucional fosse alcançada.

A Bastilha e o Grande Medo

No dia 12 de junho, quando a Assembléia Nacional (conhecida como Assembléia Nacional Constituinte durante seu trabalho sobre uma constituição) continuou a se reunir em Versalhes, o medo e a violência consumiram a capital.

Embora entusiasmados com o recente colapso do poder real, os parisienses entraram em pânico quando rumores de um golpe militar iminente começaram a circular. Uma insurgência popular culminou em 14 de julho, quando os manifestantes invadiram a fortaleza da Bastilha em uma tentativa de garantir pólvora e armas; muitos consideram este evento, agora comemorado na França como feriado nacional, como o início da Revolução Francesa.

Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão

Em 4 de agosto, a Assembléia aprovou a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão (Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão), uma declaração de princípios democráticos baseada nas idéias filosóficas e políticas de pensadores iluministas como Jean-Jacques. Rousseau.

O documento proclamava o compromisso da Assembléia de substituir o ancien régime por um sistema baseado na igualdade de oportunidades, liberdade de expressão, soberania popular e governo representativo.

A elaboração de uma constituição formal se mostrou muito mais um desafio para a Assembléia Nacional Constituinte, que tinha o fardo adicional de funcionar como uma legislatura em tempos econômicos difíceis.

Durante meses, seus membros lutaram com questões fundamentais sobre a forma e a extensão do novo cenário político da França. Por exemplo, quem seria responsável por eleger os delegados? O clero deve fidelidade à Igreja Católica Romana ou ao governo francês? Talvez mais importante ainda, quanta autoridade o rei, sua imagem pública enfraqueceu depois de uma tentativa fracassada de fugir do país em junho de 1791, reteve?

Adotada em 3 de setembro de 1791, a primeira constituição escrita da França ecoou as vozes mais moderadas da Assembléia, estabelecendo uma

monarquia constitucional na qual o rei desfrutava do poder real de veto e da capacidade de nomear ministros. Este compromisso não se coadunava com influentes radicais como Maximilien de Robespierre, Camille Desmoulins e Georges Danton, que começaram a promover o apoio popular a uma república mais popular e para o julgamento de Luís XVI.

Em abril de 1792, a recém-eleita Assembléia Legislativa declarou guerra à Áustria e à Prússia, onde acreditava que os emigrados franceses estavam construindo alianças contra-revolucionárias; também esperava espalhar seus ideais revolucionários pela Europa através da guerra.

Na frente interna, enquanto isso, a crise política tomou um rumo radical quando um grupo de insurgentes liderados pelos extremistas jacobinos atacaram a residência real em Paris e prenderam o rei em 10 de agosto de 1792.

No mês seguinte, em meio a uma onda de violência em que insurgentes parisienses massacraram centenas de contra-revolucionários acusados, a Assembléia Legislativa foi substituída pela Convenção Nacional, que proclamava a abolição da monarquia e o estabelecimento da república francesa.

Em 21 de janeiro de 1793, enviou o rei Luís XVI, condenado à morte por alta traição e crimes contra o Estado, à guilhotina; sua esposa Marie-Antoinette sofreu o mesmo destino nove meses depois.

Reino de terror

Após a execução do rei, a guerra com várias potências europeias e intensas divisões dentro da Convenção Nacional conduziu a Revolução Francesa à sua fase mais violenta e turbulenta.

Em junho de 1793, os jacobinos tomaram o controle da Convenção Nacional dos girondinos mais moderados e instituíram uma série de medidas radicais, incluindo o estabelecimento de um novo calendário e a erradicação do cristianismo.

Eles também desencadearam o sangrento Reinado do Terror (la Terreur), um período de 10 meses no qual suspeitos inimigos da revolução foram guilhotinados aos milhares. Muitos dos assassinatos foram realizados sob ordens de Robespierre, que dominou o draconiano Comitê de Segurança Pública até sua própria execução em 28 de julho de 1794.

Sua morte marcou o início da reação termidoriana, uma fase moderada em que os franceses se revoltaram contra os excessos do Reino do Terror.

Você sabia? Mais de 17.000 pessoas foram oficialmente julgadas e executadas durante o Reinado do Terror, e um número desconhecido de outras pessoas morreu na prisão ou sem julgamento.

Revolução Francesa Termina: Ascensão de Napoleão

Em 22 de agosto de 1795, a Convenção Nacional, composta em grande parte por girondinos que haviam sobrevivido ao Reino do Terror, aprovou uma nova constituição que criou a primeira legislatura bicameral da França.

O poder executivo estaria nas mãos de um Diretório de cinco membros (Directoire) nomeado pelo parlamento. Royalistas e jacobinos protestaram contra o novo regime, mas foram rapidamente silenciados pelo exército, agora liderado por um jovem e bem-sucedido general chamado Napoleão Bonaparte.

Os quatro anos de poder do Diretório estavam repletos de crises financeiras, descontentamento popular, ineficiência e, acima de tudo, corrupção política. No final da década de 1790, os diretores dependiam quase inteiramente dos militares para manter sua autoridade e haviam cedido grande parte de seu poder aos generais no campo.

Em 9 de novembro de 1799, frustrada com sua liderança, Bonaparte encenou um golpe de Estado, abolindo o Diretório e nomeando-se o primeiro cônsul da França. O evento marcou o fim da Revolução Francesa e o início da Revolução Francesa. Era napoleônica, na qual a França viria a dominar grande parte da Europa continental.